

**4º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO 026/19**

**GRUPO ESTRUTURAL**

**LOTE E7**

**SEI nº 6020.2019/0002401-8**



**CIDADE DE  
SÃO PAULO  
TRANSPORTE E  
MOBILIDADE URBANA**

*Handwritten signature or mark.*

#### 4º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO DE PASSAGEIROS, NA CIDADE DE SÃO PAULO, DO LOTE E7 DO GRUPO ESTRUTURAL

Pelo presente instrumento e na melhor forma de Direito, de um lado, a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana - SETRAM, representada pelo Senhor Secretário Executivo de Transporte e Mobilidade Urbana, Gilmar Pereira Miranda, doravante denominada **PODER CONCEDENTE**, e de outro, **VIAÇÃO METRÓPOLE PAULISTA S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.974.104/0001-20, com sede na Avenida Ragueb Chohfi, nº 6.300, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo Sr. Carlos de Abreu, brasileiro, viúvo, empresário, residente e domiciliado nesta Capital, com escritório na Avenida Águia de Haia, nº 2.970, Cidade A.E. Carvalho, São Paulo/SP, portador do RG nº 2.346.455-SSP/SP e CPF/MF nº 020.329.538-20 e pelo Sr. Vitorino Teixeira da Cunha, português, casado, empresário, residente e domiciliado nesta Capital, com escritório na Avenida Pinedo, nº 414, Socorro, São Paulo/SP, portador do RNE nº W208592-9 SE-DPMAF-SO e CPF/MF nº 010.892.508-00, a seguir denominada **CONCESSIONÁRIA**, têm entre si, justo e avençado, em decorrência da Concorrência nº 001/2015, **Processo SEI nº 6020.2018/0003185-3**, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 07 de janeiro de 2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 e alterações; Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e alterações; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, no que couber, e demais normas aplicáveis, o que segue:

**CONSIDERANDO** o Termo Aditivo formalizado em setembro de 2021 com as Concessionárias, que previu, dentre outras providências, a Cláusula Sétima – Das Despesas Vinculadas à Função de Cobrador;

**CONSIDERANDO** que o item 7.1 previu que a partir do mês de operação de abril/22, da tarifa de remuneração (Tt) prevista no Anexo IV-4.5.1 será apartado o valor estabelecido no Anexo I, referente às despesas de pessoal com cobrador;

**CONSIDERANDO** que do valor apartado, será reduzido mensalmente, a partir de Abril/22, o percentual de 2,5%, que será multiplicado pela relação entre veículos elegíveis para operar sem cobradores e a frota operacional da Concessionária;

**CONSIDERANDO** que as ações necessárias para o cumprimento da referida cláusula foram tomadas pela Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana – SMT. SETRAM e pela SPTrans, conjuntamente com as Concessionárias;

**CONSIDERANDO** que identificou-se a necessidade de complementações de ações afirmativas quanto à requalificação de cobradores, de modo que as viações possam incorporar, prioritariamente, esses profissionais em seus quadros, bem como buscar

novos flancos, mediante ações conjuntas entre a Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana – SETRAM e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDET, de modo a facilitar o acesso de profissionais do transporte a outras qualificações.

**CONSIDERANDO** a necessidade do sobrestamento da redução do percentual indicado na Cláusula 7.1.1 do referido Termo Aditivo, bem como postergação da proposta de supressão de cobradores.

Resolvem firmar o presente termo de aditamento, de acordo com as cláusulas a seguir dispostas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DESPESAS VINCULADAS À FUNÇÃO DE COBRADOR**

1.1. Fica sobrestada até o primeiro semestre de 2023 a previsão constante do item 7.1 da Cláusula Sétima do 3º Termo de Aditamento, referente às despesas de pessoal com cobrador.

1.1.1. Do valor apartado, será reduzido mensalmente o percentual de 2,5% que será multiplicado pela relação entre veículos elegíveis para operar sem cobradores e a frota operacional da Concessionária, em data a ser definida pelo Poder Concedente no primeiro semestre de 2023.

1.1.2. Consideram-se elegíveis as linhas que operem com veículos que efetuem, exclusivamente, o embarque e desembarque pela porta direita, com exceção das linhas que possuam em sua operação veículos articulados de 18 metros ou de maior capacidade, bem como os trólebus. Os veículos excetuados e demais veículos somente serão considerados elegíveis após as definições de soluções técnicas e operacionais pelo Poder Concedente.

1.1.3. A concessionária deverá elaborar Plano de Ação relacionado às medidas para requalificação dos cobradores, em funções operacionais, de retaguarda ou administrativas, prioritariamente em seus quadros bem como buscar novos flancos, mediante a busca de parcerias de modo a facilitar o acesso de profissionais do transporte e outras qualificações, apresentando ao Poder Concedente no prazo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do presente termo.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas, itens, subitens e Anexos do Contrato nº 026/19 – SMT.GAB que não foram objeto deste Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente contrato, elaborado em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico.

São Paulo, 27 de maio de 2022.

Pelo Poder Concedente:



**GILMAR PEREIRA MIRANDA**  
Secretário Executivo de Transporte e Mobilidade Urbana

Pela Concessionária:

**VIAÇÃO METRÓPOLE PAULISTA S/A.**



**CARLOS DE ABREU**  
RG nº 2.346.455 SSP/SP  
CPF/MF nº 020.329.538-20



**VITORINO TEIXEIRA DA CUNHA**  
RNE nº W208592-9 SE-DPMAF-SO  
CPF/MF nº 010.892.508-00